



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 4 de março de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,6% São Paulo	125.979	R\$ 5,916 (+ 1,5%)	R\$ 1.518	R\$ 6,134	13,15%	13,54%	Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16
1,39% Nova York	122.799	24/fevereiro 5,756 25/fevereiro 5,754 26/fevereiro 5,803 27/fevereiro 5,828					

AGRONEGÓCIO

Especialistas avaliam os desafios para a ampliação do plano do governo que pretende registrar todos os animais existentes no país. Proposta busca cumprir objetivos sanitários e adequar o país aos padrões internacionais

As dificuldades para rastrear o rebanho

» RAPHAEL PATI

Em oito anos, o governo federal espera ter o registro sistematizado de todas as vacas, bois, touros e outros bovinos que integram o rebanho nacional. O Plano Nacional de Identificação de Bovinos e Búfalos foi lançado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) do final do ano passado e prevê que a rastreabilidade bovina alcance todo o gado até 2032, por meio de tecnologias que vão de chips em brincos ao uso de radiofrequência. Apesar de parecer um prazo longo, a adaptação exige desafios em toda a cadeia, como explicam especialistas e representantes do setor.

De acordo com o plano lançado pelo Mapa, a fase de transição para a implementação total da rastreabilidade conta com três etapas. Na primeira fase, que se encerra já no próximo ano, o ministério, em parceria com outras entidades, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), se concentra na produção de uma base nacional de dados, com informações a respeito dos rebanhos e sistemas produtivos.

Na etapa seguinte, que começa em 2027 e se encerra em 2029, inicia-se a identificação individual dos bovinos, por meio de tecnologias especiais para o rastreamento. Os dispositivos mais utilizados para essa técnica envolvem o uso de chips eletrônicos, que podem ser instalados em brincos ou por meio de ingestão, no estômago do animal. Também é possível usar QR Codes de softwares para smartphones e tablets, além de radiofrequência, por meio de etiquetas equipadas com chips para a identificação.

Por fim, a terceira fase do plano de rastreabilidade envolve a expansão do sistema a 100% do rebanho bovino de todo o Brasil até 2032. É necessário destacar que já existe rastreamento desses animais no país há pelo menos mais de duas décadas. Em 2001, o governo brasileiro lançou o Sistema Brasileiro de Certificação de Origem (Sisbov), em resposta à preocupação de outros países após o surgimento de diversos casos da doença de Vaca Louca, principalmente na União Europeia. Cinco anos mais tarde, o nome foi alterado para Serviço de Rastreabilidade da Cadeia de Bovinos e Bubalinos.

Apesar das mudanças, o sistema foi recentemente considerado obsoleto para inspetores da União Europeia que vieram ao Brasil para avaliar o rebanho do país. Nesse contexto, o bloco promoveu embargo à carne brasileira, limitando o número de propriedades rurais que exportavam para os países europeus em 95, ante 5 mil que praticavam o comércio anteriormente. Diante disso, a pressão para regulamentar a rastreabilidade fez com que o governo federal se debruçasse sobre o tema.

No primeiro semestre de 2024, o Ministério da Agricultura lançou um grupo de trabalho específico para debater sobre o tema. Após meses de discussão entre entidades e o setor público, chegou-se a um consenso sobre a rastreabilidade que, na visão do secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Carlos Goulart, atendeu a diversas pautas do segmento, além de chegar a um



Monitoramento total

- » Pecuáristas terão oito anos para se adequar ao plano de rastreabilidade de bovinos e búfalos do Mapa.
- » 2% - Porcentagem atual de bovinos brasileiros que já são rastreados (aproximadamente 4 milhões), de acordo com a Base Nacional de Dados (BND/SISBOV) do Ministério da Agricultura

■ Confira as três fases do PNIB:

- » 2024-2026: Implementação de uma base nacional de dados sobre os rebanhos e os sistemas produtivos;
- » 2027-2029: Início da identificação individual dos animais, com a utilização de brincos

plano que ele considera factível.

“É um plano que atende às preocupações na medida do possível. A gente conseguiu atender às preocupações dos diferentes elos da cadeia, desde o produtor até os diferentes tipos de indústria. Não atendeu na plenitude à ansiedade de todo mundo — a gente sempre comenta isso — mas o que foi possível”, avalia o secretário.

Sobre o prazo de oito anos para o período de transição, Goulart avalia que é um tempo justo, ao considerar as dimensões geográficas e do rebanho brasileiro. “Não significa que a gente não possa antecipar a conclusão desse período ou até alongá-lo. Não significa que todo mundo concorda, mas é um prazo de acordo com o tamanho do rebanho e do desafio brasileiro, não está nem muito curto, nem muito longo”, considera.

Usabilidade

Presente no Brasil desde o início dos anos 2000, a rastreabilidade bovina atravessou diferentes períodos até chegar às condições atuais. Com o avanço da tecnologia, foi possível utilizar softwares mais inteligentes para controlar

eletrônicos e chips

- » 2030-2032: Expansão do sistema para 100% do rebanho bovino brasileiro.

■ Principais impactos:

1. Fortalecimento dos programas de saúde animal, com monitoramento contínuo e preciso;
2. Aprimoramento da capacidade de resposta a surtos epidemiológicos;
3. Reforço do compromisso do Brasil com as exigências sanitárias no comércio global.

■ Principais desafios:

- » Prazo: O Plano estabelece um prazo de

oito anos para a implementação total da rastreabilidade bovina no país. Apesar de parecer longo, pecuaristas lembram que o tempo se adequa ao ciclo bovino, que dura, em média, de 5 a 7 anos;

- » Financiamento: Não está claro se haverá auxílio financeiro para produtores de baixa renda.
- » Comunicação: É muito difícil levar as informações para pecuaristas sobre a importância de se aplicar a rastreabilidade;
- » Coordenação: Por ser um país de dimensões continentais, a aplicação da rastreabilidade total exigirá esforço de órgãos estaduais e outras entidades.

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa)

» China embarga carne de empresas brasileiras

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) confirmou a suspensão temporária de importação de carne bovina de três empresas brasileiras pela China. A medida, que começou a valer ontem, abrange uma unidade da JBS em Mozartândia (Goiás), uma da Frisa em Nanuque (Minas Gerais) e uma da Bon Mart em Presidente Prudente (São Paulo). Em nota, a Abiec informou que, além do Brasil a aduana chinesa realizou auditoria remota nas exportadoras de carne. “Foram identificadas não conformidades em relação aos requisitos chineses para o registro de estabelecimentos estrangeiros”, diz a entidade.

tem que criar proteções das informações que permitam o acesso diferenciado a cada ator da cadeia que tem algum direito em acessar essa informação”, considera.

Em relação à sustentabilidade, foco da Mesa Brasileira, o vice-presidente avalia que o novo plano deve reforçar a qualidade da carne brasileira a outros países. “Tem uma rastreabilidade, inclusive com o registro individual, que assegura essa informação. Aí precisa dar um passo em relação à cadeia como um todo. A gente tem de 10% a 15% da cadeia ainda com sigilo completo. Ao demonstrar a origem, conseguimos, com maior qualidade, mostrar que há sustentabilidade”, pondera.

Desafios

Mesmo presente há mais de duas décadas no país, a rastreabilidade bovina ainda é incipiente em relação a todo o rebanho nacional. De acordo com informações da Base Nacional de Dados do Sisbov, a porcentagem atual de bovinos brasileiros que já são rastreados é de apenas 2%, ou aproximadamente 4 milhões de cabeças.

Para Carlos Goulart, secretário do Mapa, o principal desafio nesta fase de transição é fazer com que os órgãos estaduais e federal implementem o sistema. “Porque a gente já tem sistema vigente para trânsito das informações por lote. A gente precisa fazer essa qualificação dos sistemas informatizados para fazer individual. E esse é o maior desafio”, entende Goulart.

Com a exigência de mais padrões de qualidade para a exportação com a União Europeia, o coordenador de produção animal da CNA, João Paulo Franco, avalia que a regulamentação é importante para dar mais segurança e qualidade ao país que mais exporta carne bovina no mundo. “Todos os animais que vão para a Europa são provenientes de fazendas certificadas. Agora, a diferença é que vai ser obrigatório, para 100% do rebanho. Isso coloca o Brasil como o detentor do maior rebanho comercial do mundo com o maior sistema de rastreabilidade do mundo”, Considera Franco.

que a recepção dos produtores tem sido positiva, tanto do ponto de vista da rastreabilidade quanto da geração de créditos de carbono.

“O que a gente tem visto são práticas mais sustentáveis de manejo, adubação orgânica, uso de defensivos biológicos, planta de cobertura, agricultura regenerativa, tem remetido a melhores resultados e tem remetido a mais crédito de carbono na ponta”, conclui o CEO.

Contraponto

Apesar de trazer inovações e ter o objetivo de dar mais qualidade ao produto brasileiro, algumas demandas não foram atendidas no plano nacional, após o término das discussões no grupo de trabalho. A diretora executiva da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Patrícia Medeiros, ressalta que o único ponto em que a entidade se posicionou contrária ao plano foi o da obrigatoriedade para que o pecuarista, independente de fornecer o gado para o mercado externo e para mercados que exijam a rastreabilidade, tenha que adotar esse custo adicional.

“A gente percebe os números realmente altos do setor, mas